



O engajamento político dos evangélicos: A cosmovisão do neocalvinismo e a teologia do domínio neopentecostal, semelhanças e diferenças¹

The political engagement of evangelicals: The worldview of Neo-Calvinism and the theology of the Neo-Pentecostal domain, similarities and differences

Bruno Eliseu Ferreira Ramos²

Fernando Arthur³

Resumo: Esta pesquisa visa analisar o envolvimento político de movimentos evangélicos no Brasil, considerando sua significativa presença no tecido social brasileiro. Para tanto, serão utilizadas fontes escritas, digitais e dados estatísticos para traçar sua trajetória política e compreender as bases teóricas que justificam sua inserção. Adotando o método da história comparada, esta abordagem busca identificar semelhanças e diferenças entre o neocalvinismo holandês e o movimento neopentecostal brasileiro. Serão examinados conceitos-chave como cosmovisão, mandato cultural neocalvinista e teologia do domínio neopentecostal. Este estudo tem como objetivo contribuir para uma compreensão aprofundada do fenômeno da inserção política dos grupos evangélicos no Brasil.

Palavras-chave: Neocalvinismo, neopentecostais, cosmovisão, teologia do domínio, evangélicos.

Abstract: This research aims to analyze the political engagement of evangelical movements in Brazil, considering their significant presence in the country's social fabric. Written and digital sources, as well as statistical data, will be utilized to trace their political trajectory and understand the theoretical foundations justifying their involvement. Employing the comparative history method, this approach seeks to identify similarities and differences between Dutch Neo-Calvinism and Brazilian Neo-Pentecostalism. Key concepts such as Neo-Calvinist worldview, cultural mandate, and Neo-Pentecostal dominion theology will be examined. This study aims to contribute to an in-depth understanding of the phenomenon of evangelical groups' political insertion in Brazil.

Keywords: Neo-Calvinism. Neo-Pentecostals. Worldview. Dominion theology. Evangelicals.

¹ Este artigo foi recebido em 03 de maio de 2024 e submetido a uma avaliação cega por pares, conforme a política editorial, sendo aprovado para publicação em 1 de dezembro de 2024.

² Graduado em História pela Universidade Federal do Pará. Pós-graduado em Teologia sistemática (Lato sensu) pelo Centro Universitário Filadélfia. Mestrando em história social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Universidade Federal do Pará. E-mail: brunoeliseufr23@gmail.com

³ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1996). Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará. Professor Associado III na Universidade Federal do Pará. Líder do grupo de pesquisas religião e religiosidades pan amazônicas. Belém, PA. E-mail: fafn@ufpa.br



Introdução

O envolvimento político dos evangélicos no Brasil ganhou bastante notoriedade nos últimos anos, sobretudo devido a uma particular aliança político-religiosa à direita, culminando na eleição, em 2018, do ex-presidente Jair Bolsonaro. Por isso, é importante entender o que motiva ou motivou tal engajamento de certos segmentos do evangelicalismo brasileiro. Comumente, as igrejas evangélicas são associadas a formas conservadoras e fundamentalistas no espectro político e social, considerando sua recusa tanto à liberdade de costumes quanto a práticas econômicas que enfatizam a interferência do Estado. Entretanto, alguns segmentos evangélicos não se deixam circunscrever nesse desenho, como demonstra Gustavo Alencar (2020) em suas investigações, mostrando como determinados coletivos evangélicos, autodenominados progressistas, sustentam as bandeiras de direitos humanos, justiça social, cidadania e democracia.⁴ Nesse aspecto, trataremos, especificamente, de fazer um comparativo histórico entre dois tipos distintos de evangélicos, a saber, os neopentecostais e os neocalvinistas.

O Neocalvinismo é uma tradição religiosa protestante, comumente usada para se referir ao movimento originado na Holanda, nos séculos XIX e XX, sob a liderança do teólogo e político Abraham Kuyper, cuja proposta básica era aplicar os princípios do antigo calvinismo⁵, oriundo da Reforma Protestante, ao relacionamento do cristão e da igreja com a sociedade e a cultura de sua época.⁶ A difusão do movimento neocalvinista no Brasil é, em grande parte, resultado do trabalho

⁴ ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião & Sociedade*, v. 39, p. 173-196, 2020.

⁵ O calvinismo é uma doutrina protestante originada na Reforma iniciada por Martinho Lutero, que ganha novos contornos a partir da interpretação de João Calvino sobre a “fé protestante”. Em sua obra *As Institutas da Religião*, Calvino buscou organizar todo o seu sistema teológico e esclarecer as crenças fundamentais, dedicando a obra ao rei Francisco I da França. No Brasil, a denominação evangélica que reivindica ser herdeira dessa tradição é a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), que atua de forma bastante engajada no tecido social, sendo responsável por uma importante instituição de ensino, a saber, a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Contudo, no que diz respeito à crença predominante no evangelicalismo brasileiro, o calvinismo é uma doutrina pouco presente entre pentecostais e neopentecostais, sendo mais frequentemente encontrado no ambiente das igrejas tradicionais, como a IPB, os Batistas Reformados e os Congregacionais. O sistema teológico que predomina entre a maioria das igrejas evangélicas pentecostais e que contrasta com o calvinismo é o arminianismo (em referência ao teólogo Jacob Arminio). Esse sistema difere do calvinismo especialmente no que se refere à salvação dos indivíduos: os arminianos defendem que a salvação está aberta a todos por meio do livre-arbítrio, enquanto os calvinistas acreditam que a salvação é restrita apenas aos eleitos, predestinados ao céu. Para mais informações sobre o debate entre calvinistas e arminianos, consulte: <http://ri.unina.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/166>. Acesso em: 02/12/2024.

⁶ LIMA, Leandro Antonio de. *O futuro do calvinismo*. 1ª ed, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2019.



desenvolvido pelo pastor e teólogo Guilherme de Carvalho⁷, sobretudo através da criação do L’Abri Brasil, em 2008, atualmente localizado no município de Lagoa Santa, a 40 quilômetros de Belo Horizonte. O primeiro L’Abri (termo francês que significa “abrigo”) foi fundado em 1955 pelo casal Francis e Edith Schaeffer, quando eles começaram sua própria jornada estabelecendo esse sítio de atividades religiosas para receber estudantes que buscavam respostas aos seus questionamentos sobre Deus, o mundo e as agruras de suas vidas pessoais.

Essa proposta ainda continua sendo o cerne que nutre a vivência religiosa do neocalvinismo, servindo como centro de irradiação da mensagem, como sustenta Alencar (2018), ao descrever o objetivo da instituição e o método de trabalho nos dias de estudos dos ali abrigados, versando sobre uma variedade de temas, segundo a inspiração teológica do fundador.

Em uma casa na qual mora a família do presidente e fundador do L’Abri Brasil, são recebidos jovens de todo o país em busca de instrumentação teológica e direcionamento espiritual. Entre suas principais atividades estão os termos de estudo ou “Nanotermos”, que são períodos específicos ao longo do ano nos quais o L’Abri recebe pessoas para ficar na casa por períodos que variam de poucos dias a quatro semanas [...] A proposta é que, durante um período mais estendido no L’Abri, o cristão seja munido de vasta instrumentação teológica acerca de assuntos variados e tenha um espaço para refletir sobre sua fé.⁸

O lugar de religião é também o lugar de moradia do expoente deste modo de fé. Essa situação não pode ser desprezada. Reunir no mesmo lugar a habitação e a prática de culto, embora não seja uma inovação, tem a intenção de confirmar a extensão de uma vida consagrada ao exercício da proposta de fé, uma oportunidade para replicar o testemunho, entre os frequentadores do L’Abri, de como a experiência religiosa não está divorciada do cotidiano. Quando consultado o site oficial do L’Abri Brasil⁹, pode ser constatada uma grande variedade de motivações das pessoas ao encaminharem-se para seus eventos.

Em primeira linha, não se percebem motivações religiosas em sentido estrito ou a busca de alguma epifania. Parece-nos mais adequado classificá-los como requerentes difusos, por mais paradoxal que isso se apresente. Alguns manifestam, objetivamente, a expectativa de conseguir dar

⁷ Graduado em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2005) e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2007). Doutorando em teologia pela Theological University Kampen/Utrecht.

⁸ ALENCAR, Gustavo. *Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocuções com a Política*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2 Dezembro. 2018.

⁹ L’abri: O que é? 2021. Disponível em: <https://www.labri.org.br/sobre> acesso em: 02/08/22.



um fim às suas angústias materiais e espirituais, ostentando o desejo de melhor lidar com questões pessoais; outros apresentam-se mais interessados em saber mais sobre o conteúdo dessa proposta de vivência religiosa tornada movimento, sem necessariamente representar uma afiliação a este grêmio. Enquanto o terceiro grupo, este sim, move-se por uma orientação clara e delineada de apurar seu modo de interpretar a Bíblia à luz dos parâmetros estabelecidos pelo neocalvinismo, fazendo dela uma ferramenta para assinalar sua compreensão de seu significado e sentido. Denominam isso, mais claramente, como sua cosmovisão cristã, seu modo de apropriação do século e da cultura para intervir no mundo, duelando com as muitas controvérsias teológicas e/ou filosóficas.

Partilhando dessa meta de esclarecer o modo de “ser religioso” dos neocalvinistas no Brasil, outra instituição que tem servido de referência para a propagação é a Igreja Esperança.¹⁰ Esta, sem dúvida, quer ser reconhecida pelo emblema de uma igreja propriamente dita em todos os seus atributos. Seguindo a liderança do mesmo presidente do L’Abri, reivindica o legado de uma igreja cristã de fé reformada, tendo por esteio as ideias de Calvino. De acordo com o site oficial da igreja, sua prioridade gira em torno da adoração, do discipulado e da missionariedade.¹¹ Tal como as Colunas de Hércules no Estreito de Gibraltar, sob esses dois continentes, o pastor Guilherme de Carvalho profere sua cosmovisão, buscando assegurar um espaço de formação e intervenção na sociedade civil, servindo-se do L’Abri para abranger o raio de influência sobre uma audiência mais secular e ampliada, enquanto na Igreja Esperança assenta o *modus vivendi* religioso do culto, da liturgia e da missão.

¹⁰ O grupo que estamos analisando é movimento denominado de Neocalvinismo, este segmento, embora seja herdeiro do calvinismo reformado, distingue-se deste, amparando-nos nos estudos de Novais (2022) *Neocalvinismo: tradição e fundamentos*, pode-se afirmar que o neocalvinismo teve início na Holanda no século XIX, sobretudo graças aos esforços do teólogo e ex primeiro ministro holandês Abraham Kuyper, sua distinção em relação ao antigo calvinismo encontra-se no fato de que este busca lidar com os dilemas da modernidade, por isso, a escolha em mencionar especificamente o L’abri e a Igreja Esperança, segundo Alencar (2018) estas instituições são, no Brasil, as duas principais proponentes dessa tradição, pois buscam lidar com questões típicas da modernidade, como, por exemplo, a necessidade do envolvimento cultural dos seus pares como uma forma de influenciar a política com vistas em tentar resolver questões como a pobreza e a depravação moral, contudo, mantendo a doutrina calvinista em sua confissão de fé, assim, por isso não são considerados em nosso estudo os grupos reformados da IPB e nem da universidade presbiteriana Mackenzie, que podem ser considerados “novos calvinistas”, pois são herdeiros de João Calvino e não de Abraham Kuyper, como os neocalvinistas. Para maior entendimento entre a distinção do neocalvinismo em relação aos novos calvinistas ver: <https://kaiquemoreto.medium.com/voc%C3%AAA-deveria-conhecer-o-neocalvinismo-steve-bishop-77e3802bebb0>. Acesso em: 30/11/2024.

¹¹ Igreja Esperança. 2014. Disponível em: <https://www.igrejaesperanca.org.br/> Acesso em: 02/08/22.



As facilidades para operar desse modo permitem algumas flexibilidades para a intervenção na esfera da secularidade, inclusive o uso da interpretação religiosa nos espaços da sociedade civil e vice-versa, conforme a necessidade exigir. Do ponto de vista metodológico, as cautelas referidas por Alencar (2018) sobre as dificuldades em estabelecer essas comparações, embora necessárias para compreendermos o contingente dentro do continente, nos desafiam a perceber como operam esses ramos do evangelismo na difusão de seus preceitos. Isso porque as grandezas são muito desproporcionais quando considerado o raio de influência da proposta de vivenciar a religião no abrigo, como pautado pela experiência da obra “L’Abri”, e da mesma forma em relação à Igreja Esperança. Os recursos materiais e intelectuais disponíveis a cada uma das agremiações não podem ser subestimados, mas a capacidade de influenciar o campo evangélico parte do alcance numérico já conquistado pelos grupos pentecostais e neopentecostais, que ultrapassam, e muito, a quantidade de seus adeptos.

Nem o L’abri Brasil nem a Igreja Esperança se constituem como fenômenos de massa capazes de articular uma quantidade de pessoas sequer próxima à de grupos pentecostais e lideranças religiosas como Marcos Feliciano e Silas Malafaia. Ao longo desses dez anos de atuação na cidade de Belo Horizonte, passaram cerca de 2 mil pessoas pelo L’abri em seus retiros espirituais e na Escola de Teologia (com cerca de 30 a 40 estudantes em suas turmas anuais). A Igreja Esperança também não chega à cifra de milhares de adeptos, como é comum nas igrejas de maior vitalidade do segmento evangélico brasileiro. Os líderes e pastores do L’abri Brasil e da Igreja Esperança têm sua influência mensurada muito mais naquilo que Habermas (2015) chama de “bolsa de valores intelectual”. São grupos que dificilmente conseguirão eleger candidatos ou mesmo levar um número significativo de evangélicos a votar em algum político específico, mas, ao reunir intelectuais que discursam sobre temas de relevância social como política, cultura, ciência, gênero, educação e economia, esses agentes religiosos fornecem bases mais sólidas nas quais outros líderes conservadores passam a se apoiar.¹²

Seguindo essa lógica, segundo afirmou Alencar (2018), embora o movimento e a tradição que estamos analisando se revistam de uma roupagem, de modo geral, diferente do evangelicalismo de massa com milhões de adeptos, por considerarem a si próprios como mais “intelectualizados” no tocante à mobilização de repertórios culturais instituídos, em vez da mera pregação cotidiana mobilizada na experiência dos cultos pentecostais, aportam suas preleções no capital intelectual reunido em torno do percurso realizado nas academias, nas quais aprenderam a importância de se inserirem no debate cultural e político, como no caso do pastor Guilherme de Carvalho e do pastor Igor Miguel.

¹² ALENCAR, 2018, p. 107-108.



Se há uma unidade quanto ao reconhecimento sobre a relevância de pautar a questão da secularidade na agenda do cristianismo evangélico, assemelha-se bastante ao movimento pentecostal e, principalmente, neopentecostal no que diz respeito à necessidade de atuar como força própria nesta arena, realizando o engajamento político-cultural desses crentes. Todavia, como base, suas perspectivas particulares e visões de mundo demonstram o interesse em diferenciar, nessas propostas de vivências religiosas, suas justificações para atrelar esse modo de operar ao chamado neocalvinismo.

A teologia do domínio

Uma vez mais, os Estados Unidos tornaram-se a fonte de expansão de um tipo particular de evangelismo, compreendendo a expressão de batalha espiritual e luta de Deus contra os demônios que estariam sempre perturbando os caminhos dos crentes ou não. Devido a essa caracterização, os embates não se processam apenas nos lugares de culto; estendem-se por toda a sociedade civil, podendo alcançar, sobretudo, o próprio Estado Nacional, como podemos ver nas requisições frequentes dos porta-vozes e oradores dos grupos pentecostais e neopentecostais, ao afirmarem que religião e política devem andar de mãos dadas. Tais discursos são extremamente comuns entre figuras públicas desse segmento religioso, em seus cultos, nos meios de comunicação, no Congresso Nacional brasileiro, atingindo até o Supremo Tribunal Federal, quando alguns ministros ali instalados se creem revestidos de um poder espiritual ao qual foram ungidos graças à intercessão de Deus. Esse fenômeno é mundial e pode ser encontrado em igrejas derivadas das fontes originárias americanas ou recriadas por seu fomento e inspiração.

Os estudos da sociologia americana sobre o pentecostalismo são ilustrativos de como esse segmento alterou a trajetória política e social da agenda daquele país, ao indicar a importância da consideração dos denominados valores cristãos como fundamento sobre os quais deve ser sustentada aquela nação. Esta sentença não é reservada somente a essa bandeira, apesar de sufragar a importância inequívoca da liderança desse tipo pragmático de evangelismo neopentecostal no mundo, a ponto de influenciar suas congêneres em outros países. Com efeito, a teocracia desse modo de “ser religioso” usa sua própria face ou empresta seus serviços a diferentes partidos e organizações. Nos EUA, a associação do Partido Republicano com esse segmento é mais contundente, porém não é exclusiva, tanto quanto no Brasil essa corrente de pensamento espalhou-



se em muitos partidos de direita, obviamente com mais acento entre partidos com forte penetração religiosa, tal como demonstrado no estudo sobre evangélicos na região de Carajás/Pará.

Eliseu Pereira (2023, p. 150) localiza a aparição dessa corrente de pensamento entre as críticas à perda de influência da religião no conjunto do tecido social, quando a confirmação do bem-estar social da sociedade americana era vista como um subproduto do século. Ele chama atenção para a necessidade de um “reconstrucionismo” apontado por R. J. Rushdoony, no sentido de reconstruir a nação e transformar todos os aspectos da cultura a partir de valores cristãos. Segundo essa interpretação, houve uma significativa subtração dos poderes até então investidos na família, como, por exemplo, a educação, que agora sofre a sobreposição dos valores difundidos pelo Estado.

Segundo essa interpretação, o Estado laico e secular não foi apenas um concorrente da mensagem religiosa; ele teria se tornado um interventor, nos moldes do que interpretam sobre as proposições socialistas e comunistas, alcançando até mesmo as formas mais liberais. Esta reação teria sido motivada pelo combate a essa penetração do Estado na vida privada, responsável, por último, pela desestruturação do tecido social, exigindo desses promotores uma reforma na moralidade enfraquecida naquele país. Colocando em perspectiva, elevar os padrões morais a ponto de estabelecer uma maioria moral capaz de regenerar aquela situação apontada como responsável pelo declínio, constituindo uma Teologia do Domínio no corpo das igrejas evangélicas americanas, e, posteriormente, ramificando essa moldura com uma interpretação fundamentalista da “teologia calvinista-reformada... Gênesis 1.28 - ‘dominai a terra’ - aplicando-a, não ao ser humano em geral, mas restritivamente aos cristãos”. Obviamente, a noção de domínio religioso cristão/evangélico estende-se a todas as esferas da vida, mas, em contrapartida, revela a máxima exclusão para todos os que não forem iluminados por essa práxis religiosa.

Comumente chamada de teologia do domínio, tradução imediata da experiência religiosa iniciada nos Estados Unidos na década de 50 do século passado, sob o furor empregado por Donald MacGravan ao estatuir o modelo de oração como signo de realização da obra de Deus, foi externada pela intercessão dos escolhidos, doravante convertidos em ministério no qual celebram a manifestação destes preferidos do Senhor para operar segundo a sua vontade. Taxativamente, na tradição neopentecostal, muito se ouve falar a respeito de sua teologia do domínio, que, de modo geral, pode-se dizer que sustenta a base para sua inserção no debate público, tendo em vista sua premissa de dominação em várias áreas da vida, um real projeto de poder, como nos sugere



Casarões (2020): “[...] em linhas gerais, o projeto de poder (neo)pentecostal se sustenta sobre dois pilares: a teologia da prosperidade e a teologia do domínio.”

É importante ressaltar que esse projeto defende um envolvimento cultural engajado, no qual o cristão vence a “batalha espiritual” do bem contra o mal; nesse sentido, sua participação e envolvimento se fazem extremamente necessários.

A teologia do domínio, por sua vez, pressupõe que Deus e o diabo se encontram em conflito permanente, tanto no plano espiritual quanto no terreno, sobre o controle do mundo. A tarefa do cristão, nesse contexto, seria não somente a obediência aos mandamentos bíblicos, mas também a guerra incansável contra demônios que se manifestam na cultura e nas artes, na educação, na imprensa, nos negócios, na política, na família e na própria religião. Conhecida como a visão profética das sete montanhas (ou sete montes), essa doutrina – enunciada, entre outros, pelo pastor Johnny Enlow – ensina que o Reino de Deus será erguido quando os cristãos ocuparem espaços em todas essas dimensões da sociedade. O governo é somente um dos espaços a serem ocupados, mas essencial para viabilizar a conquista dos demais.¹³

Nesse aspecto, fica evidente que o envolvimento desse grupo evangélico em áreas como política e cultura parte de um princípio bem desenvolvido dentro dos ambientes litúrgicos pelos quais ele se propaga. Não há apenas uma orientação, mas um incentivo, mediante um entendimento missional, ou seja, de que há uma missão a ser cumprida neste tempo, e parte dessa missão seria justamente eleger fiéis para cargos públicos, com o objetivo de fazer avançar a agenda cristã sobre os vários aspectos da sociedade, visto que, em seu entendimento, a fé se propaga à medida que promove no mundo secular a lei de Deus. Essa visão é conhecida como Teonomia, na qual a Bíblia Sagrada seria o padrão a ser seguido por todos os indivíduos, sejam eles religiosos ou não. Nesse sentido, um dos instrumentos de realização dessa visão se dá por meio de pessoas inseridas no contexto público, sendo, assim, mais fácil promover sua agenda cultural por meio do poder político, tornando-os agentes contra aquilo que pode ser considerado “inimigo da fé”, como nos explica Siepierski (1997):

A solução dos problemas brasileiros estaria na eleição de fiéis para os cargos públicos. Em seus postos eles neutralizariam as ações dos demônios, trazendo assim saúde e prosperidade para todo o país. Obviamente, esse projeto de neocrisandade encontra resistência tanto por parte dos outros grupos religiosos como por parte das forças políticas existentes. Estas, no entanto, para sobreviverem diante do peso eleitoral crescente dos grupos pós-pentecostais, são obrigadas a fazer alianças e concessões. Através delas o pós-pentecostalismo vai entrando e se firmando no cenário político nacional.¹⁴

¹³ CASARÕES, 2020, p. 11.

¹⁴ SIEPIERSKI, Paulo Donizéti. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. *Estudos Teológicos*, v. 37, n. 1, 1997, p. 47-61,



Desse modo, podemos entender melhor o que está por trás da inserção desses grupos evangélicos no cenário político brasileiro. Um dos líderes neopentecostais mais famosos do Brasil é, sem dúvidas, o Bispo Edir Macedo, que nunca aparentou ter medo de expressar suas ideias e, muitas vezes, deixou bem claro que acreditava que os cristãos deveriam se apropriar dos ambientes públicos e militar por um projeto de nação. Essas ideias podem ser encontradas em seu livro *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, escrito por Edir Macedo e Carlos Oliveira, no qual Macedo abertamente defende o que, segundo ele, seria uma “retomada de um projeto divino” e também faz críticas aos cristãos que não estão alinhados a essa visão: “O não-engajamento e o não-comprometimento por parte dos cristãos, naturalmente, vinham contribuindo de forma negativa com o grande projeto de nação pretendido por Deus”. Por isso, conclama os fiéis a adentrarem e abraçarem essa causa em nome do que ele entende ser uma suposta obediência à palavra de Deus:

E você, como cristão, de que lado deveria estar? E mais, quantos leitores e examinadores da Bíblia Sagrada já tiveram a sensibilidade de perceber que ela é um manual que não se restringe apenas à orientação de fé religiosa, mas também é um livro que sugere resistência, tomada e estabelecimento do poder político ou do governo, e vai muito além desses temas? Quando todos ou a maioria dos que a seguem estiverem convictos de que ela é a Palavra de Deus, então ocorrerá a realização do grande sonho Divino.¹⁵

Essa conclamação direcionada aos cristãos está perfeitamente alinhada com a história da igreja fundada por Edir Macedo, que começa em um coreto no subúrbio do Rio de Janeiro. O primeiro culto foi realizado em 9 de julho de 1977, em uma antiga funerária daquela cidade. Um começo humilde, contudo, que não escondia suas pretensões de poder. Afinal de contas, a principal bandeira pregada por Edir Macedo foi e continua sendo a sua teologia da prosperidade e a sua teologia de batalha espiritual contra as “forças do demônio”. Por isso, não é incomum vermos vários supostos casos de possessões demoníacas em seus cultos e programações, logo em seguida a “expulsão do demônio”, denotando a vitória daqueles que têm autoridade sobre o mal. Contudo, embora este aspecto tenha uma característica mais espiritual, em sua teologia do domínio — que é o nosso maior interesse neste estudo —, a implementação de um plano de poder se dará através dos moldes naturais e políticos. As tendências de progressão demográfica do campo pentecostal e neopentecostal devem superar a maioria da população católica em breve. Para tanto, têm se apropriado dessa projeção para incutir a noção de refundar o país nos moldes denominados

¹⁵ MACEDO, OLIVEIRA, 2008, p. 52.



cristãos, subordinando a cultura por meio de uma guerra, tal como a permanente guerra existente entre as forças de Deus e as do demônio.

Conquistar todos os espaços para erguer os signos dessa cultura cristã é o objetivo tático desses movimentos, que disputam sua concepção de mundo conservadora frente às forças de esquerda, envolvendo desde comunistas, socialistas e liberais, devido às plataformas de direitos individuais e coletivos assegurados, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948, ao reconhecer a integralidade da condição humana, oferecida indistintamente a todos os gêneros, raças, credos e ideologias, excetuadas as extremistas. Justamente estas foram as acolhidas no projeto de poder da teologia do domínio por serem repudiadas pelo Estado laico e secular. Segundo a interpretação desses promotores da causa conservadora, não caberia tamanha presença do Estado no seio da sociedade, devendo restringir sua ação à segurança pública e justiça, esquivando-se de avançar nas esferas anteriormente tão significativas como educação e saúde.

Quando as organizações e partidos políticos recusaram absorver essas demandas, coube aos próprios líderes das igrejas tocadas por essa mensagem assumirem as tarefas de representação, enquanto ganham influência nos diversos campos necessários à conquista da hegemonia na sociedade civil e no Estado, na perspectiva da Teologia do Domínio, resumida na consigna “Brasil para Cristo”, revitalizando um antigo desejo de ocupação da presidência do país por um cristão evangélico identificado com as teses do pentecostalismo, como capturado nos estudos de Freston em 1992. Hoje, o crescimento da denominação de Edir Macedo é impressionante, como bem aponta Mariano (1996):

O número de templos passa de dois mil, o de países atingidos supera cinco dezenas e o de fiéis chega a três milhões. Sua forte inserção nos meios de comunicação de massa (como proprietária de uma rede de TV, cerca de 40 rádios, dois jornais, gráfica e editora), na política partidária, no mercado fonográfico, imobiliário e até no financeiro, sua competência administrativa, sua vertiginosa expansão no país e no exterior, assim como sua capacidade de mobilizar miríades de fiéis em diversos estados, não encontram paralelo na história de nenhuma outra denominação evangélica brasileira.¹⁶

Nesse sentido, ao observarmos a história desse movimento religioso específico, fica evidente como sua trajetória esteve vinculada a uma dinâmica de “domínio” em diversas áreas da vida do

¹⁶ MARIANO, Ricardo. Igreja universal do reino de Deus: magia institucionalizada. São Paulo: *Revista USP*, setembro/novembro. 1996, p. 125



ser humano, em que a política é primordial, sem ser a única esfera na qual a igreja deve influenciar e assumir a primazia de formar um ethos em conformidade para instaurar um projeto de nação. Isso leva ao ambiente público seu enxuto arcabouço teórico de suas crenças e ideologias, com vistas a impor um tipo de agenda cristã que deve ser seguida pela sociedade como um todo. A figura do autointitulado bispo, repousando sobre Edir Macedo, tem se convertido no arquétipo de realização dessa agenda ao convocar e mobilizar permanentemente a audiência evangélica neopentecostal. Embora não consigam mobilizar integralmente o segmento evangélico brasileiro, que conta com mais de 60 milhões de adeptos, esses grupos possuem uma significativa capacidade de engajamento entre seus fiéis para tomar esse destino em suas mãos, atuando em cada posto ocupado na estrutura do poder do Estado ou na sociedade civil, usando a armadura de cristão pentecostal. Esse chamamento religioso espera executar esse projeto na medida em que haja maior comprometimento com aqueles sensibilizados por esta profecia, como gostam de propagar.

A cosmovisão do neocalvinismo vs. a teologia do domínio neopentecostal.

Se a teologia do domínio é o que justifica o engajamento político dos evangélicos pentecostais e, principalmente, neopentecostais, a tradição neocalvinista, por sua vez, tem a sua própria justificativa teórica para a inserção política de seus adeptos. Um conceito muito importante para esta tradição é a ideia de “cosmovisão”, em que, a partir de sua vivência comum, os cristãos devem intencionalmente se engajar no mundo a partir de sua ética cristã, pretendendo uma integração dessa fé particular em âmbitos diversos, não apenas os costumeiramente reconhecidos nos quadros mentais e práticos da religião. Servimo-nos dos apontamentos de Novais para demonstrar como é cara essa noção de estar no mundo, ao contrário de evitá-lo, segundo a interpretação neocalvinista (2022):

A cosmovisão é como uma plataforma pela qual os indivíduos experimentam a vida. Por consequência, possuir uma cosmovisão cristã é estar imbuído num modo de vida e de compreensão da realidade que condiz com as bases cristãs. (No caso, reformadas). Tendo em vista a breve trajetória do conceito de cosmovisão na tradição neocalvinista, podemos sintetizar sua definição da seguinte forma: a cosmovisão calvinista representa um conjunto de princípios que orienta o cristão em sua compreensão da realidade, tendo como fonte as Escrituras e como base interpretativa a tríade da criação-queda-redenção, enfatizando a soberania divina e um anseio por integração da fé com os variados âmbitos da realidade.¹⁷

¹⁷ NOVAIS, Tiago Melo. *Neocalvinismo: tradição e fundamentos*. - 1. ed. - São Paulo: Mundo cristão, 2022. p. 49.



Assim, baseado na ideia de se ter uma cosmovisão cristã, os proponentes do neocalvinismo, de modo semelhante aos neopentecostais, engajam seus adeptos não somente a um envolvimento cultural intencional, mas à percepção de uma realidade ampla, aquilo que Abraham Kuyper chamou de “sistema total de vida”. Era assim que ele entendia o calvinismo em si, ou seja, como uma tradição que poderia buscar um envolvimento no mundo, onde suas atividades não ficassem presas ao âmbito religioso, mas que oferecesse ao âmbito “secular” respostas plausíveis, bem como engendrasses soluções às injustiças presentes na realidade. Nesse sentido, outro conceito concorre para esse direcionamento, a saber, o conceito de “mandato cultural”, que também pode ser chamado de “mandato criacional ou da criação”, que trabalha a noção de uma ordenança divina para com os seres humanos em dominar a criação. Esta noção pode ser encontrada na obra de Ferreira e Myatt (2007), que destacam a existência de uma grande responsabilidade humana a partir dessa perspectiva:

Deus ordenou ao homem que cuidasse da criação e desfrutasse com o seu próximo. E a partir do mandato cultural, a política, o trabalho, a educação, as artes, o lazer, a tecnologia, a indústria e todas as outras áreas se desenvolveram, pois é esse mandado que oferece a justificativa para o envolvimento do homem em todas as áreas ¹⁸

De igual modo, o movimento neocalvinista entende que o avanço cristão na cultura e na sociedade é algo positivo. Carvalho (2009) afirmou, sobre esse mandato, que esta é a "ordem divina para que o homem explore de forma criativa e responsável os recursos da criação".¹⁹ Nesse sentido, uma diferença em relação à teologia do domínio dos neopentecostais e ao conceito de mandato cultural e de cosmovisão do neocalvinismo é que a proposta neocalvinista entende a necessidade de mais do que simplesmente um engajamento de cristãos no ambiente público. Antes, sua proposta é a de que os cristãos devem aprender de forma intelectual sobre aquilo que acreditam, isto é, sua cosmovisão cristã, assumindo assim a responsabilidade social diante do mundo e, sobretudo, tendo um compromisso afetivo para com o ser humano, vendo-o como alguém que, em última análise, é alvo do amor de Deus e que, portanto, deveria também ser alvo do amor do fiel religioso, uma vez que tal noção representaria a base daquilo que tais cristãos afirmam crer.

¹⁸ FERREIRA, Franklin. & MYATT Alan. *Teologia Sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007. p. 406.

¹⁹ CARVALHO, Guilherme de. *O senhorio de Cristo e a missão da Igreja na cultura: a ideia de soberania e sua aplicação*. In: RAMOS, Leonardo; CAMARGO, Marcel e AMORIM, Rodolfo. *Fé Cristã e Cultura Contemporânea: cosmovisão cristã, igreja local e transformação integral*. Viçosa: Ultimato, 2009. p 65.



Destarte, distanciam-se da teologia do domínio proposta por certo neopentecostalismo, cujo único substrato é resignar-se a pretensos percursos traçados, ficando sempre na dependência de objetivar-se na graça, reconhecendo exclusivamente sobre si mesmo o contributo para a autorrealização, dispensando o necessário comprometimento com o interesse coletivo que não finda na experiência religiosa.

Schaeffer (2002), um dos teóricos proponentes do neocalvinismo, que liderou o L'Abri na Suíça e foi o responsável por disseminar as ideias neocalvinistas em vários países do mundo, sintetiza bem essa noção:

Quando temos a oportunidade de falar com um não-cristão, qual (além de evitar fórmulas prontas) deveria ser nossa consideração predominante? Acredito que deveria ser o amor. Acredito que estas coisas voltam-se para o amor e compaixão para com as pessoas - não como objetos a serem evangelizados, mas como pessoas que merecem todo o amor e consideração que lhes podemos dar, porque são da nossa espécie e feitos à imagem de Deus. Eles são valiosos, de modo que devemos ir no encontro deles em amor e compaixão. Dessa forma, encontramos a pessoa, onde quer que ela ou ele esteja.²⁰

Nesse sentido, cabe a reflexão a respeito da forma como as pautas políticas dos evangélicos, sobretudo neopentecostais, têm contribuído negativamente para o avanço dessa responsabilidade afetiva e praticado algo distinto da proposta neocalvinista, sobretudo no que diz respeito às minorias, por vezes negligenciadas em relação à defesa de seus direitos, pois estas não despertam grande atenção na maioria dos parlamentares que fazem parte do segmento evangélico. As proposições que mais preocupam essa ala religiosa têm girado em torno daquilo que se chama de “pautas morais”, o que supostamente seria de interesse da maioria, geralmente relacionadas a temas de gênero, aborto e interesses religiosos.

Dezenas de projetos transitam sobre temas LGBTQ+, como o que determina que o uso de banheiro conforme o sexo biológico passe a ser considerado contravenção; os que pedem a proibição do uso do nome social por travestis e transexuais, inclusive nos boletins de ocorrência; e os que proíbem a adoção de crianças por casais homoafetivos. Há ainda os que desejam criminalizar comportamentos nas escolas que induzam ao que chamam de "ideologia de gênero" e "identidade de gênero", e os que tornam obrigatório o ensino religioso. Outros pretendem proibir o aborto legal – concedido em casos de estupro, risco de vida para a mulher ou anencefalia do feto – e até alguns que criminalizam a "cristofobia" e proíbem protestos nos arredores dos templos.²¹

²⁰ SCHAEFFER, F. A. *O Deus que intervém: O abandono da verdade e as tragédias para nossa cultura*. Trad. Gabriele Greggersen. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

²¹ DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019. p. 116.



Por outro lado, e comparativamente, Kuyper, Schaeffer e outros proponentes do neocalvinismo, nesse aspecto, assumiram a visão de que a maioria não necessariamente representa a base moral para definir o que é certo ou errado, tampouco a maior parte, mesmo usando o nome de Deus, pode aferir estar sempre com a verdade. Pois, segundo sua visão, uma pessoa comum, usando a própria Bíblia Sagrada, poderia voltar-se contra a maioria, assumindo que estes podem, eventualmente, estar equivocados, com base no que Francis Schaeffer chamou de “absolutos da Bíblia”. Esse teria sido um dos legados da Reforma protestante. Por isso, afirmou:

Dessa maneira, a pregação do Evangelho pela Reforma gerou duas coisas secundárias em relação à mensagem central do evangelho, nem por isso menos importantes: um interesse pela cultura e uma base verdadeira para a ordem e a liberdade na sociedade e no governo. Este último carrega um importante corolário, qual seja, que a maioria dos votos nunca representou um critério definitivo para o certo e o errado no governo, pois os absolutos da Bíblia estão disponíveis para julgar a sociedade. O ‘homem simples’, o cidadão particular, está em condições de levantar-se, a qualquer momento, e, com base nos ensinamentos bíblicos, afirmar que a maioria está errada. Assim, enquanto o ensinamento bíblico estiver sendo praticado, é possível controlar o despotismo do voto majoritário ou o despotismo de uma pessoa ou grupo.²²

Essa ideia, evidentemente, não dialoga com nada parecido nos debates e discursos políticos atuais no Brasil, talvez nem mesmo no mundo, particularmente nos círculos de evangélicos. Por isso, cabe destacar as diferenciações no emprego do conceito de teologia do domínio, bem como nas práticas que ensejam essas intervenções no tempo presente. Convém enfatizar as declinações muito precisas, considerando o excerto de "Gênesis 1.28 - ‘dominai a terra’", entre a atuação política dos evangélicos, sobretudo da tradição neopentecostal da Igreja Universal do Reino de Deus, e sua percepção teológica, em relação à concepção política e teológica dos evangélicos e pastores neocalvinistas. Embora ambos afirmem pertencer à tradição cristã oriunda da Reforma Protestante e ambos entendam ser uma necessidade pautar um envolvimento político e cultural de seus adeptos e/ou fiéis, como foi demonstrado, seu formato de engajamento, na verdade, evidencia profundas discrepâncias, principalmente no que parece ser a defesa de um modelo laico de governo democrático, que seria útil para evitar autoritarismo e/ou despotismo político-religioso ao considerar a ética alcunhada de cristã como sendo uma peça cristalizada, infensa a outras éticas, por exemplo.

²² SCHAEFFER, 2002, p. 58.



Uma Ameaça Teocrática?

Recentemente, o teólogo Gutierres Fernandes Siqueira²³ escreveu um livro intitulado *Quem tem medo dos evangélicos? Religião e democracia no Brasil de hoje* (2022), no qual faz algumas reflexões que tentam responder à pergunta: o Brasil estaria em uma espécie de “ameaça teocrática” por parte dos evangélicos? O teólogo entende que não e elenca alguns motivos que, segundo ele, evidenciam que os evangélicos não teriam capacidade ou força para tal. Os motivos giram em torno da pluralidade de ideias e pensamentos da tradição protestante, o que faz com que não possuam a coesão necessária para o totalitarismo. Além disso, destaca o fato de que “não é possível falar em um projeto de poder evangélico no singular, mas apenas e tão somente no plural; um grupo que tem inúmeros projetos de poder acaba não tendo nenhum”.²⁴

Nesse sentido, Siqueira (2022) sugere que é justamente a multidimensionalidade característica do movimento evangélico que torna o desejo de uma “teocracia evangélica” algo difícil de ser implantado. Contudo, embora a ideia da grande variedade do movimento evangélico seja verdadeira, isso, por si só, não seria capaz de impedir a inserção política de certos grupos com projetos particulares de poder, pois estes se diferem dos demais círculos evangélicos do Brasil, como é o caso da IURD — denominação evangélica, no geral, diferente dos outros grupos componentes do evangelicalismo brasileiro, mas com forte representação de si mesma e detentora de um evidente projeto de nação cristã. Portanto, há sim, em certo sentido, uma ameaça democrática por parte de grupos religiosos específicos, embora certamente não representem o todo do movimento evangélico brasileiro.

Siqueira (2022) acredita ser um erro por parte dos evangélicos desejarem uma espécie de “nação cristã”. Ele escreve:

É temerário que o cristão de hoje sonhe com uma espécie de teocracia como a que Israel viveu. Ênfase que Deus não se relaciona, em sua revelação da Nova Aliança, com uma nação específica, como fez no Antigo Testamento, mas sim através de Cristo, “onde não há grego nem judeu, circuncisão nem incircuncisão, bárbaro,

²³ Graduado em Comunicação Social pela Faculdade Paulus, pós-graduado em interpretação bíblica pela faculdade batista do Paraná. Membro da Assembléia de Deus, ministério de Belém, em São Paulo.

²⁴ SIQUEIRA, Gutierres Fernandes. *Quem tem medo dos evangélicos? Religião e democracia no Brasil de hoje*. São Paulo: Cultura Cristã; 1ª ed, 2022.



cita, escravo ou livre, mas Cristo é tudo em todos" (Cl 3.11, RC). A pretensão da fé bíblica é de influência, e não de dominação.²⁵

Dessa forma, embora haja uma negação em relação à capacidade de se implantar uma teocracia evangélica, certamente é possível afirmar que há o desejo, mesmo representado por um grupo minoritário. Jesus (2018) afirma que o projeto-nação desenvolvido por parte de alguns grupos evangélicos no Brasil ficou evidente a partir da inserção política da bancada evangélica, o que ele chamou de uma “teocracia da política dos costumes”. Segundo ele, a postura desses parlamentares transparece um tipo de ideologia religiosa teocrática e se apresenta na busca por uma sociedade civil que deveria ser conduzida por fundamentos religiosos, embora discorde de que isso seja resultado de uma “política conservadora”. Por isso, afirmou:

[...] a questão mais dissonante no cenário político é a ideologia religiosa, transmutada em uma faceta política, manifesta através do desejo reiterado de estabelecer uma teocracia parlamentar no Congresso Brasileiro, especificamente na Câmara Federal. O mais estranho (como se a atitude em si já não fosse suficientemente aberrante) é que essa ideologia religiosa é posta em termos como se fosse fruto da tradição política conservadora. Alegação que, para os que possuem o mínimo conhecimento acerca da temática, é amplamente notada como uma incongruência. Dois contornos fundamentais são observados em confronto ao pseudo-conservadorismo. O primeiro, no que diz respeito à ideologia explícita de uma teocratização do Estado brasileiro, utilizada pelos adeptos da política dos costumes religiosos. Como se isso já não soasse estranho em termos teológicos, nos quais o próprio Cristo recomenda que “seja dado a César o que é de César” (claro princípio apontado não somente por Cristo nas Escrituras), mas também em termos filosóficos e políticos.²⁶

A visão neocalvinista, nesse aspecto, de igual modo, não se contrapõe à ideia de que a visão cristã do mundo, como fora demonstrado, deva influenciar a sociedade civil; negam, porém, que isso seja feito por meio de uma dominação ou de um Estado cristão, visão atribuída à tradição católico-romana, segundo a qual o Estado poderia participar do “terreno da graça”.²⁷ Assim, Herman Dooyeweerd²⁸, por exemplo, entendia que o vínculo do Estado com uma instituição

²⁵ SIQUEIRA, 2022, 62.

²⁶ JESUS, Michael Lima de. *A colonização das razões políticas pelo discurso religioso: um exercício crítico à teocracia da política dos costumes*. 2018. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. p. 54-55.

²⁷ Ou âmbito religioso, onde o Estado não poderia adentrar segundo Dooyeweerd.

²⁸ Um dos herdeiros teóricos das ideias de Abraham Kuyper, iniciou seus estudos em direito na universidade livre de Amsterdam (fundada por Kuyper), obteve seu doutorado em direito constitucional sob a orientação de D. P. D. Fabius.

religiosa eclesiástica é visto como uma quebra do princípio democrático de laicidade e como um erro oriundo do escolasticismo romano.²⁹ Por isso, escreveu:

A noção de que o Estado cristão deve reconhecer uma certa denominação como "igreja de Estado" — ou, ao menos, como a única igreja verdadeira — ou de que o Estado cristão deve favorecer um certo credo como se fosse o "único verdadeiro", concedendo-lhe o status de autoridade oficial legal, essencialmente deriva dessa antiga concepção do escolasticismo romano, que atribui a totalidade da revelação temporal do corpo de Cristo a uma mera instituição eclesiástica temporal.³⁰

Não se pode desconsiderar os desdobramentos das crenças presentes no contexto religioso brasileiro, que, vez ou outra, podem tentar reacender uma noção de favorecimento a um grupo religioso específico — seja na "teologia do domínio neopentecostal", na "cosmovisão neocalvinista" ou na "visão católico-romana". Não se está imune a isso. Caso haja ameaça ao princípio de laicidade do Estado, é imperiosa a mobilização da sociedade para recusar esse tipo de tutela, já superado em larga medida desde a Reforma Protestante, ao romper o holismo católico de uma única salvação numa mesma Igreja. Os recursos políticos do Estado democrático de direito estão sendo testados, não apenas nos meios legais. As afrontas sucessivas à quebra da ordem constitucional realizadas recentemente, no dia 08/01/2023, as recorrentes chamadas para derrubar o governo eleito, incensados por discursos de ódio travestidos em profecias, lançamentos de pragas e obstrução de legislações consagradas quanto aos direitos coletivos e individuais, testemunham o processo de lutas no presente, com vistas à preservação do ambiente democrático brasileiro e à própria preservação das várias manifestações religiosas no país.

Considerações finais

É fato que o caminho no qual os diversos grupos evangélicos se encontram rumo a um envolvimento político e cultural está longe de ser concluído, se é que algum dia vai se findar. Ainda há muito a ser construído no que diz respeito a uma proposta de diálogo entre esse envolvimento e as instituições públicas. Há uma real necessidade de que instituições como, por exemplo, as universidades, bem como a grande mídia, pensem e ofereçam alternativas de debates, a fim de se

²⁹ A escolástica foi um método filosófico difundido na idade média que recebeu grande influência do platonismo e principalmente do aristotelismo, visou responder às diversas questões quanto à fé cristã suscita, um dos seus principais proponentes foi o St. Tomás de Aquino.

³⁰ DOOYEWEERD, Herman. Estado e soberania: ensaios sobre cristianismo e política. Trad. Leonardo Ramos, Lucas G. Freire, Guilherme de Carvalho. São Paulo: Vida nova, 2014. p. 53.



envolverem com esses grupos e desencadearem situações mais confortáveis, em favor de uma participação pública respeitosa e menos fundamentada em superficialidades, dirigidas pelo apelo necessário de preservar os direitos humanos. Talvez a principal instituição a quem se deve esse trabalho dialógico seja o próprio Estado; porém, o risco dessa iniciativa ser tomada como mais uma intervenção não é pequeno e pode ser contraproducente.

Assim, ao elencar algumas referências do método comparativo, pois não se tratou em profundidade de parte expressiva da vivência religiosa dessas duas tradições evangélicas, como realizado neste trabalho, pôde-se perceber um forte elemento de semelhança, ou seja, a necessidade de perceber como são pautados o envolvimento político e cultural, iluminados pelos valores cristãos impulsionados pelos adeptos dessas formas de perceber o “domínio”. Contudo, tendo modelos distintos, às vezes em aberto confronto, é lícito reconhecer os limites para os representantes do diálogo, sejam aqueles investidos das delegações políticas, sejam nas delegações religiosas, pautando suas atuações públicas, considerando sempre o princípio da laicidade do Estado, sem tentativas de imposição dos preceitos de determinada religiosidade à feição do Estado, respeitando todas as expressões religiosas (ou a ausência delas) que caracterizam o Brasil como um país livre e plural, quiçá a humanidade.

Referências

ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião & Sociedade*, v. 39, p. 173-196, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/r9Mpp9L3Zvf9P3y7L3PMc3r/>. Acesso: 03/05/2024.

ALENCAR, Gustavo. *Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interloquções com a Política*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2 Dezembro. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12428>. Acesso em: 30/04/2024.

CARVALHO, G de. O senhorio de Cristo e a missão da Igreja na cultura: a ideia de soberania e sua aplicação. In: RAMOS, Leonardo; CAMARGO, Marcel e AMORIM, Rodolfo. *Fé Cristã e Cultura Contemporânea: cosmovisão cristã, igreja local e transformação integral*. Viçosa: Ultimato, 2009.



CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Religião e poder: a ascensão de um projeto de "nação evangélica" no Brasil?. *Interesse Nacional*, São Paulo, ano 13, n. 49, p. 9-16, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7630>. Acesso em: 02/09/2022.

DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

DOOYEWEERD, H. *Estado e soberania: ensaios sobre cristianismo e política*. Trad. Leonardo Ramos, Lucas G. Freire, Guilherme de Carvalho. São Paulo: Vida nova, 2014.

FERREIRA, F. & MYATT A. *Teologia Sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira*. 1992. Disponível em: <http://www.repci.co/repositorio/bitstream/handle/123456789/539/bt018-23-68.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 03/05/2024.

JESUS, M. L. de. *A colonização das razões políticas pelo discurso religioso: um exercício crítico à teocracia da política dos costumes*. 2018. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

LIMA, Leandro A. de. *O futuro do calvinismo*. 1ª ed, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2019.

MACEDO, E. OLIVEIRA, C. *Plano de poder: Deus: os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARIANO, Ricardo. Igreja universal do reino de Deus: magia institucionalizada. São Paulo: *Revista USP*, n. 31, setembro/novembro. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26006>. Acesso em: 18/08/2022.

NEVES, FERNANDO. Católicos e protestantes: as religiosidades em disputa na Amazônia oitocentista (1850-1888). *Revista do NUPEM*, v. 14, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357237606_Catolicos_e_protestantes_as_religiosidades_em_disputa_na_Amazonia_oitocentista_1850-1888. Acesso: 30/04/2024

NOVAIS, T. M. *Neocalvinismo: tradição e fundamentos*. - 1. ed. - São Paulo: Mundo cristão, 2022. [recurso eletrônico]

PEREIRA, E.. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 76,



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

20

2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/60331> Acesso em: 30/04/2024.

SCHAEFFER, F. A. *O Deus que intervém*. O abandono da verdade e as tragédias para nossa cultura. Trad. Gabriele Greggersen. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. *Estudos Teológicos*, v. 37, n. 1, 1997. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/776 Acesso: 02/09/2022.

SIQUEIRA, Gutierrez Fernandes. *Quem tem medo dos evangélicos?* Religião e democracia no Brasil de hoje. São Paulo: Cultura Cristã; 1ª ed, 2022. [recurso eletrônico]